

Limites da Intervenção

Estamos em plena safra de revisões do pensamento econômico em todo o mundo, com abalos sísmicos generalizados nas fundações e alicerces de teses e doutrinas que, há uma década, eram consideradas inabaláveis. No santuário do capitalismo, o que se convencionou chamar de *reaganomics* ou economia do tipo *supply side*, enfatizando o corte de impostos e o aumento da renda disponível para gastos pessoais, arrastou os Estados Unidos para um processo de crescimento continuado no Produto Bruto. Mas o fim da era Reagan coincide, também, com pressões para que os americanos moderem seu apetite por financiamentos para o déficit público, sublinhando o papel e a importância dos orçamentos e de algum planejamento de longo prazo.

No lado soviético do mundo, a perestroika de Mikhail Gorbachev disparou uma enorme reverberação entre os satélites do leste europeu, e uma esperança generalizada de mais liberalismo econômico, e menos presença asfixiante do Estado na economia. Os europeus ocidentais, que tiveram a oportunidade de confrontar modelos dos dois lados do canal da Mancha, preferiram embarcar muito mais nos programas de democratização do capital de empresas públicas e na pulverização do controle acionário, inspirando-se na linha britânica, do que na estatização do primeiro governo Mitterrand na França. O próprio Mitterrand foi-se convertendo, ao longo do governo Chirac, ao lado mais liberal e menos intervencionista.

Com certo atraso, as mudanças na doutrina econômica em todo o mundo chegam ao Brasil. Antes tarde, porém, do que nunca. É importante, nesse sentido, registrar as mudanças retóricas de velhos bastiões das doutrinas da Cepal, que largamente influenciaram a tecnoburocracia brasileira, e ajudaram a lançar as sementes da planificação econômica entre nós, da Sudene ao Ipea, com variações expressas em planos de governo e projetos de grandes empresas públicas.

O que melhor expõe tais mudanças é o pronunciamento de alguns cepalinos históricos sobre o pensamento da própria Cepal, num seminário na Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Literalmente, diz o professor Ignácio Rangel numa declaração amplamente publicada nos jornais: "O governo deve fazer concessões de serviços e privatizar o suficiente para aliviar a carga do déficit público. Convertendo a concessão de serviços de empresas públicas a empresas privadas, o Estado passará a ter o poder concedente e hipotecário. As normas que regularão tais decisões devem ser estudadas pelos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Temos que levar em conta que hoje, em plena crise, o setor privado está extremamente líquido", declarou o economista.

O que significa isso, em bom português? Significa que o Estado chegou aos limites de intervenção na ordem econômica, perdendo a capacidade de fomentar o desenvolvimento através de seus próprios canais. O Estado inchou, a burocracia apodreceu, e mesmo nas empresas consideradas produtivas é questionável se seus custos devem ser pagos pela sociedade. O Estado tornou-se caro, inflacionário, incapaz de iniciativas dinâmicas, ineficiente. Desconhecem-se exemplos concretos de aumento de produtividade nas empresas públicas comparáveis com o esforço brutal de ajustamento feito pelas empresas privadas para conviverem com uma economia quase hiperinflacionária.

É importante que economistas com o peso do professor Rangel venham a público sublinhar a necessidade de mudanças, porque em larga medida o ambiente burocrático e sindical continua impregnado de teses e doutrinas que circulavam há três ou quatro décadas, quando o país era outro e alguém tinha que meter a chave na ignição nos grandes projetos de infraestrutura.

Foi assim com a siderurgia no pós-guerra, com o petróleo há três décadas, com o sistema ferroviário e portuário, com os corredores de exportação na década de 70. As coisas só começaram a mudar com o enorme impulso no comércio exterior pelas mãos da Cacex, onde o então diretor Ernane Galveas, mais tarde guindado ao Banco Central, começou a articular programas do tipo Befix, que marcaram uma lenta mas vigorosa transição para o parque manufatureiro que temos hoje, fortemente ancorado na iniciativa privada.

Datam dessa época o nascimento de instituições como a AEB, o forte papel promotor de vendas exercido pelo então diretor do escritório do Itamarati em Nova York, Paulo de Tarso, o surgimento de consórcios e o conveniente do parque manufatureiro de que podia saltar as fronteiras para vender em dólar. Coisas certas e coisas erradas — como a Cobec — foram feitas, e a economia tornou-se pouco a pouco mais dinâmica nas pontas do que no centro estatal.

Hoje convivemos com a realidade de uma burocracia inchada e com empresas nas quais o brasileiro não quer investir. Nenhum brasileiro sensato quer aplicar um único cruzado da sua

poupança numa empresa estatal neste momento, com raras e honrosas exceções. Por quê? Porque sabe que está investindo mal, com retorno duvidoso e realimentando um pantagruélico apetite inflacionário. Há doenças incuráveis, e o mal do inchaço burocrático é hoje universalmente reconhecido: da China de Deng à União Soviética de Mikail Gorbachev, da Grã-Bretanha da senhora Thatcher aos Estados Unidos de Reagan, onde empresas ferroviárias deficitárias desestatizadas passaram a dar lucro, tal como no Japão.

O fenômeno dessa doença burocrática tem sido reconhecido em debates partidários fechados, e em alguns fóruns abertos. Num importante encontro do PMDB de São Paulo, um dos teóricos convidados sustentou a tese de que o partido cometeu erros profundos ao alinhar a vida partidária com a vida do Estado, suas empresas e sua máquina burocrática. Não estava senão repetindo a crítica que foi feita na Espanha quando alguns socialistas tentaram herdar a máquina burocrática criada pelo franquismo, em lugar de promoverem a modernização das empresas estatais espanholas, todas elas sem capacidade para competir no Mercado Comum Europeu. O PMDB fisiológico, boa parte do PDT e da CUT naturalmente recusam essa tese, porque precisam das estatais para cabide de emprego — como ocorreu no Estado do Rio, em São Paulo e com as estatais federais —, não importa se isso reconduz o país ao fechamento de janelas mal abertas pela democracia.

A mudança doutrinária ocorrida na Cepal não significa que essa instituição esteja sublinhando os seus erros. A Cepal teve um papel importante para o desenvolvimento do pensamento econômico na América Latina, e no Brasil em particular, contribuindo para a formação de muitos economistas motivados pela compaixão e pelo interesse em áreas mais atrasadas. Na verdade, deve-se a essa escola muito da consciência dos problemas da má distribuição de renda e da espoliação que as regiões mais ricas do país impõem às mais pobres, esquecidas de que estão, com isso, fomentando miséria ao norte para inchar suas cidades ao sul.

A tese da manutenção do patrimônio estatal, hipotecado à administração privada, já está sendo estudada em alguns setores do governo. É uma tese simples. O governo mantém seu patrimônio, que é cedido sob a forma de leasing, aluguel, arrendamento ou qualquer outro recurso semelhante, para que a iniciativa privada explore os serviços. Os problemas administrativos e organizacionais são imensos, porque o serviço concedido carrega em seu bojo gorduras burocráticas, muitas vezes está cheio de funcionários inúteis, acumulados pelo clientelismo político, e com dívidas financeiras astronômicas.

Na prática, está sendo possível demonstrar que esses serviços só não absorvem mão-de-obra excedente porque não crescem, e não crescem porque a burocracia não deixa, ou resiste a mudanças pelo medo de perder os empregos. Para que esse círculo vicioso seja rompido será preciso um enorme trabalho de engenharia política, e a desmontagem de convicções ideológicas cujas raízes se alimentam de antigas doutrinas estatizantes: não existiria, fora do Estado, solução para investimentos em infra-estrutura.

Hoje, é cada vez maior a convicção de que não haverá soluções enquanto o Estado brasileiro, e sobretudo os segmentos da burocracia que resistem à modernização, continuar comandando o processo de endividamento interno e a luta em *causa própria*. Um Estado que consome 104% de sua receita com o pagamento do funcionalismo, como se está prevendo para dezembro, perdeu o sentido da existência. Ele se transformou num fim em si mesmo: alimentar a própria máquina. Quem vai investir? De onde virá a infra-estrutura nova? A energia? A comunicação? A estrada para a carga pesada e os passageiros? A matéria-prima básica?

Criou-se, para o próprio funcionário produtivo e honesto, uma barreira intransponível: ele não pode ter seus salários aumentados porque seus colegas improdutivos também serão premiados. Esse é um ambiente onde o sindicato legítimo esbarra no sindicato ilegítimo, e onde o pelego tira proveito do burocrata honesto. Quem está pagando caro por esse estado de coisas não é apenas a sociedade civil: é também o trabalhador produtivo na máquina estatal.

O brasileiro cansou-se de financiar esse tipo de Estado e esse estado de coisas. É preciso mudar, e com urgência dramática, pois os efeitos de uma mudança estrutural não se sentem senão em dois, três, quatro ou cinco anos. Trata-se de um processo de longo prazo, e, se nele não embarcarmos desde já, corremos o risco de atrasar o país por uma geração. Como se diz com frequência, estamos, todos os dias, perdendo o bonde da história. É preciso identificar empresários novos, novas lideranças, gente capaz de correr riscos e atrair parcerias externas para a enorme tarefa da reconstrução do Brasil. Literalmente, para usar a palavra russa da moda, uma "perestroika" brasileira.